

Irene Vaquinhas^{*}

Linhas de investigação para a história das mulheres nos séculos XIX e XX. Breve esboço^{**}

R E S U M O

Neste estudo é feito um pequeno balanço bibliográfico da historiografia portuguesa da área de estudos genericamente designada por história das mulheres e do género referente ao século XIX e parte do século XX. Para além da problematização das principais questões teóricas que este campo da investigação histórica levanta (de carácter epistemológico e documental, entre outras), são traçadas as linhas mestras da pesquisa desenvolvida, incidindo-se, em particular, nos grandes temas que têm sido objecto da atenção dos investigadores.

INTRODUÇÃO

A história das mulheres é uma das áreas de estudo que se desenvolveram nos últimos anos em Portugal¹, beneficiando da abertura política proporcionada pela revolução de Abril de 1974. Jovem, não tendo ainda completado meio século, remontando às últimas décadas do século XX, a história das mulheres trouxe para a disciplina histórica novos temas de investigação, novos conceitos e horizontes de estudo que, ajudando a preencher vazios historiográficos, têm contribuído para reequacionar parâmetros interpretativos.

Considerada por José Mattoso “um dos movimentos mais fecundos da produção historiográfica mundial”², esta área de estudos tem sido, tanto em Portugal como no estrangeiro, ponto de convergência de interrogações actuais e “laboratório de inovações”³, não obstante o seu maior ou menor acantonamento no seio da instituição universitária⁴.

História combate, o esforço incessante de legitimação a que se tem procedido desde a sua emergência, tem funcionado como um estímulo à descoberta de novos territórios de estudo e, sobretudo, à “recriação” das fontes historiográficas, cuja ausência⁵, laconismo ou subjectividade têm sido apontados como uma debilidade e um dos maiores obstáculos à realização de pesquisas científicas.

^{*} Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras. Professora Associada.

^{**} Uma versão mais completa deste artigo encontra-se em VAQUINHAS, 2000c e VAQUINHAS, 2002. Estes artigos incluem listagens de grande parte da bibliografia portuguesa disponível sobre esta área de estudos.

¹ Sobre as novas tendências da historiografia portuguesa nos últimos anos veja-se, entre outros, MENDES, 1996: 373-429, em especial 415-426.

² MATTOSO, 2000: 10.

³ CORBIN, 1998: 10.

⁴ DOMINGO, 1999: 309-323.

⁵ Sobre este assunto veja-se, entre outros estudos, COVA, 1999a: 54-55.

A multiplicação de trabalhos vindos a lume nos últimos tempos e a receptividade que têm merecido por parte do público são, no entanto, a face visível do dinamismo deste novo território. Porém, por oposição a outros países onde o esforço de teorização tem sido notável, como é o caso dos Estados Unidos da América, em Portugal os estudos permanecem, salvo raras excepções, mais convencionais, empíricos, de cunho informativo e positivista ou neo-positivista, fundamentados num paciente trabalho de arquivo ou de biblioteca, embora abertos aos diálogos com outras disciplinas e correntes da história, bem como à crítica hermenêutica das fontes pela desmontagem do discurso ideológico que lhes está subjacente.

Influenciado pela “história contributiva” europeia, sobretudo francesa e italiana, mais direccionada para a descrição das actividades, papéis e funções femininos em espaços e contextos delimitados, este campo de estudos não tem sido, no nosso país, muito receptivo às questões conceptuais, comuns à historiografia anglo-saxónica, embora se evidencie na actualidade o progressivo comprometimento ideológico de alguns autores com as problemáticas feministas e de género, em particular no âmbito da história contemporânea e do tempo presente (séculos XIX e XX).

Não admira, por conseguinte, que o debate teórico que tem animado as correntes intelectuais pós-modernistas e pós-estruturalistas a propósito da dicotomia estudos das mulheres/estudos de género pouco impacto tenha tido no meio historiográfico nacional, embora não tenha deixado os estudiosos indiferentes. Maria Beatriz Nizza da Silva foi um dos raros historiadores a tomar uma posição clara sobre o assunto, advogando a manutenção da terminologia original de “história das mulheres”, na medida em que, em seu entender, “para a história [...] as mulheres nunca foram abstracções”, sendo o conhecimento histórico “por excelência um conhecimento relacional”⁶. Na verdade, a falta de consenso sobre esta matéria continua a dividir os especialistas⁷, embora se reconheça o valioso contributo prestado pela utilização do conceito de género como categoria de análise na renovação epistemológica e metodológica da história, problematizando as diferenças sexuais e a articulação entre as representações e as práticas sociais.

Porém, independentemente da sua maior ou menor aceitação por parte da comunidade académica e da sua funcionalidade como perspectiva de análise, o conceito de género já foi incorporado como instrumental metodológico por muitos investigadores, embora tenha sido mais facilmente assimilado por umas áreas do que por outras, entre as quais se inclui a história da educação.

Apesar de já terem sido traçados os principais passos do caminho percorrido pela história das mulheres nas últimas décadas, desde a sua emergência como área de estudos à implantação institucional, impõe-se evocar alguns dos marcos mais importantes, bem como destacar o seu lugar no contexto da actual historiografia⁸.

⁶ NIZZA DA SILVA, 1999: 47.

⁷ Veja-se a este propósito o debate nos Estados Unidos da América entre os defensores dos “gender studies” e dos “women’s studies”, BOXER, 2001: 211-238.

⁸ Sobre as circunstâncias e condicionalismos desta evolução veja-se, VAQUINHAS, 2000a: 163-184; VAQUINHAS, 2000c: 81-101; COVA, 1998: 313-323 e COVA, 1999b: 117-130; SANTOS, 1995; SILVA, 1999.

SOBRE A “HISTÓRIA DA HISTÓRIA DAS MULHERES” EM PORTUGAL: PRINCIPAIS ETAPAS E BALIZAS CRONOLÓGICAS

1 - Os anos setenta

Na verdade, tudo remonta ao 25 de Abril de 1974... O clima de liberdade que então se passou a viver em Portugal reflectiu-se, ao nível das ciências sociais, no estímulo dado a novas áreas de estudo, na renovação metodológica ou no interesse prestado a períodos históricos desprezados pela historiografia estado-novista. No contexto da efervescência política e cultural que acompanhou a passagem para a democracia, a história das mulheres foi um dos campos de investigação que então emergiu, beneficiando de uma série de circunstâncias favoráveis que proporcionaram o seu acolhimento no seio da disciplina histórica.

A renovação da docência ministrada nas universidades, a qual se traduziu na sua actualização e abertura a novas problemáticas ou a correntes inovadoras, a influência da escola dos *Annales* e da “nova história” de orientação antropológica, particularmente vocacionada para os estudos da vida privada e quotidiana, bem como alterações na própria sociedade portuguesa, em particular a entrada massiva de mulheres no ensino superior, acelerando-se uma tendência que remonta aos anos sessenta⁹, foram factores decisivos na divulgação das novas temáticas e na sua incorporação nos programas de estudo ministrados nas universidades.

Todavia, os primeiros trabalhos neste domínio surgiram à margem da instituição universitária, no âmbito da oposição anti-fascista ao regime político e norteados por princípios e perspectivas feministas¹⁰. Datam de finais da década de sessenta as primeiras iniciativas subordinadas a temáticas femininas, de que é exemplo significativo o ciclo de conferências organizado pela Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1967, intitulado *A mulher na sociedade contemporânea*¹¹, embora, só depois do 25 de Abril de 1974, eventos desta natureza ganhem continuidade.

Foram, todavia, os movimentos feministas que, na tentativa de recuperação de uma memória colectiva, colocaram as mulheres na cena da história¹². Aliás, a história das mulheres foi um dos pilares em que assentou a construção de uma consciência identitária, tendo também contribuído para a revisão crítica dos conhecimentos históricos. Ao pôr em causa os fundamentos epistemológicos do saber (sua neutralidade, a relação entre o público e o privado, os conceitos de natureza e de universal, etc.) dinamizou a renovação da ciência, assumindo, nessa medida, um carácter político e subversivo.

Destaca-se nesta primeira fase da história das mulheres, a fase das “iniciativas esporádicas”, como a qualifica Anne Cova¹³, a vontade expressa de reparar uma

⁹ BARRETO, 1996: 21.

¹⁰ TAVARES, 2000.

¹¹ Este ciclo de conferências contou com a colaboração, entre outros especialistas, de Elina Guimarães, Natália Nunes e Sophia de Mello Breyner Andresen, *A mulher na sociedade contemporânea*, Colóquios na A. A. da Faculdade de Direito, Prelo, Lisboa, 1969.

¹² Sobre a influência do movimento feminista no desenvolvimento dos estudos de história das mulheres veja-se, entre outros, BELLAVITIS, 1990: 61-72; NASH, 1991: 137-161.

¹³ COVA, 1999b: 119.

injustiça, “retirando[lo] da sombra do esquecimento e da ignorância as mulheres que também fizeram a nossa história”¹⁴, dando-se-lhes visibilidade. Caracterizada por uma estreita ligação entre o empenhamento pessoal dos historiadores e o objecto de estudo, as pesquisas orientaram-se em duas direcções principais: as origens da condição feminina e o estudo da pequena minoria de mulheres que, ao longo do tempo, puseram em causa a ordem masculina da sociedade: sufragistas, grevistas, jornalistas, entre outras. Tomando a forma de um “discurso da denúncia”¹⁵, raramente era problematizada a situação das mulheres de acordo com a diversidade dos seus estatutos (económicos, sociais, étnicos, etc.), ou eram questionados os mecanismos da opressão, remetendo-a para uma intemporal misoginia masculina, vinda do fundo dos tempos.

Todo este esforço de resgate de uma memória colectiva foi protagonizado sobretudo pela Comissão da Condição Feminina, criada em 1977, a quem se deve a publicação de numerosos estudos, entre os quais uma série de pequenas biografias de algumas mulheres, pertencentes, na sua maioria, ao movimento feminista português, burguês e reformista, de matriz republicana dos finais do século XIX e princípios do século XX, e que tinham desempenhado “um papel, de algum modo significativo, para o processo de emancipação da mulher em Portugal”¹⁶. Adelaide Cabete, Emília de Sousa Costa, Carolina Beatriz Ângelo, Virgínia de Castro e Almeida, Branca de Gonta Colaço, Caiel, Carolina Michäellis de Vasconcellos e Antónia Gertrudes Pusich são algumas das “heroínas” desta galeria de mulheres ilustres¹⁷, cuja celebração reenvia a uma tradição historiográfica antiquíssima, embora reformulada à luz das “virtudes e qualidades” caras ao feminismo.

2 - Os anos oitenta

As investigações depressa abandonaram as heroínas, as sufragistas, as rainhas, ou quaisquer outras individualidades, para se debruçarem sobre as mulheres anónimas, das quais pouco ou nada se sabia. Na verdade, é na década de oitenta que, não obstante alguma indiferença e incompreensão por parte de certos sectores académicos, que a história das mulheres se divulga no meio universitário, acompanhando a crescente sensibilidade de investigadores para os temas relacionados com o feminino e o seu acolhimento por parte do público discente. A feminização crescente do pessoal docente e dos públicos estudantis favoreceu um certo desenvolvimento dos *women's studies* não obstante se começar a fazer sentir os efeitos da estagnação geral das universidades acompanhando as tendências demográficas.

¹⁴ SILVA, 1981: 9.

¹⁵ THÉBAUD, 1998: 79.

¹⁶ SILVA, 1981: 37. Esta linha de pesquisa prossegue para outros períodos históricos, em particular para a época dos descobrimentos.

¹⁷ *Mulheres portuguesas*. Adelaide Cabete, “Boletim da Comissão Feminina”, nº 2, 1979, pp. 38-40; *Mulheres portuguesas*. Emília de Sousa Costa, “Boletim da Comissão Feminina”, nº 3, 1979, pp. 21-23; *Mulheres portuguesas*. Carolina Beatriz Ângelo, “Boletim da Comissão Feminina”, nº 4, 1979, pp. 30-31; *Mulheres portuguesas*. Virgínia de Castro e Almeida, “Boletim da Comissão Feminina”, nº 1, 1980, pp. 22-23; Maria Regina Tavares da Silva, *Mulheres portuguesas*. Branca de Gonta Colaço, “Boletim da Comissão Feminina”, nº 2, 1980, pp. 21-23; Maria Regina Tavares da Silva, *Mulheres portuguesas*. Caiel, “Boletim da Comissão Feminina”, nº 4, 1980, pp. 43-48; Maria Regina Tavares da Silva, *Mulheres portuguesas*. Carolina Michäellis de Vasconcellos, “Boletim da Comissão Feminina”, nº 3, 1981, pp. 27-34; Maria Regina Tavares da Silva, *Mulheres portuguesas*. Antónia Gertrudes Pusich, “Boletim da Comissão Feminina”, nº 2, 1981, pp. 34-37.

Confirma-o a profusão de trabalhos publicados, a multiplicação de números temáticos de revistas e de colecções especializadas¹⁸, a realização de jornadas e colóquios ou a criação de centros ou infraestruturas institucionais, sobretudo em recursos bibliográficos. Esta vitalidade manifesta-se um pouco por todo o país, embora tenha sido nas cidades de Lisboa e de Coimbra que tiveram lugar as iniciativas de maior impacto, em particular a realização, em 1985, de dois grandes colóquios interdisciplinares: o primeiro, promovido pelo Instituto de Ciências Sociais, subordinado ao título genérico “Mulheres em Portugal”¹⁹, o segundo, organizado pelo Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tendo como tema de fundo “A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais”²⁰.

A publicação das respectivas Actas, no ano seguinte, foi decisiva para o desenvolvimento dos estudos de história das mulheres no nosso país. Não só foi feito o balanço da actividade produzida como se precisaram, com maior rigor, os objectivos, as metodologias e as fontes a utilizar, lançando-se pistas para futuras pesquisas. Juntando especialistas de várias áreas das ciências humanas e sociais, desde a literatura à história cultural, da demografia à antropologia, da história económica e social à história das mentalidades, os assuntos tratados reflectiam, *grosso modo*, as grandes linhas de investigação que polarizavam ao tempo a atenção dos historiadores neste domínio específico da história.

A família, a condição jurídica e social, o trabalho, a educação e a intervenção feminina nos movimentos políticos e sociais constituíam os grandes temas aglutinadores, embora com desigual nível de produção²¹. Se as estruturas familiares e de parentesco ou, de um modo geral, as matérias que privilegiavam o estudo da vida privada, recensavam grande número de trabalhos, já a participação das mulheres no mercado de trabalho era pouco explorada, sendo em fraco número os estudos disponíveis. A dificuldade de acesso às fontes, a escassez de testemunhos directos ou a dificuldade em coligir os vestígios indirectos que, para algumas épocas até “abundam”²², justificam, em parte, esta lacuna.

Com efeito, a história das mulheres, tanto em Portugal como no estrangeiro, foi largamente tributária da investigação no domínio da história da família, temática desenvolvida na esteira dos trabalhos de demografia histórica, realizados a partir dos anos sessenta. A utilização da metodologia criada por Louis Henry de “reconstituição de famílias”, ao proporcionar o conhecimento das estruturas familiares e do parentesco, contribuiu para pôr em evidência as diferenças sexuais no que concerne ao casamento (taxa, idade), à mortalidade ou ao celibato, entre outros aspectos.

Das análises demográficas passou-se quase imperceptivelmente ao estudo dos papéis e dos espaços femininos no quadro da instituição familiar e da vida privada, linha de pesquisa que prosseguiu em várias direcções, tendo como base núcleos documentais de várias procedências, embora com especial incidência nas fontes jurídicas

¹⁸ A título exemplificativo refira-se o número especial da revista “Educação e Trabalho”(nº 32, 1984), subordinado ao tema *As mulheres e o trabalho*.

¹⁹ “Análise Social, Mulheres em Portugal. Comunicações ao Colóquio organizado pelo Instituto de Ciências Sociais”, 1986.

²⁰ “A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais”, Actas do Colóquio 20-22 de Março de 1985”.

²¹ Para um conhecimento mais detalhado da produção historiográfica sobre as mulheres na década de oitenta veja-se VAQUINHAS, 2000a: 163-184.

²² OLIVEIRA, 1986: 311.

(actos notariais, sobretudo escrituras de testamento e de dote, processos judiciais, documentação sobre expostos ou “Livros de matrículas de mulheres solteiras que aparecendo gravidas!...!” entre outras) e normativas (códigos, ordenações e outros documentos legislativos, textos de conteúdo doutrinário divulgados na imprensa ou na rádio, entre outros). O papel das mulheres na repartição dos patrimónios económicos e nas práticas sucessorais e de herança; a sua participação (activa ou simbólica) nas estratégias matrimoniais; a ilegitimidade; o seu estatuto no quadro institucional da família burguesa ou o debate à volta do divórcio e da laicização do casamento são algumas das linhas de pesquisa desenvolvidas.

Já os temas sobre a condição jurídica e social exploram fundamentalmente os discursos que, ao longo dos tempos, foram produzidos sobre as mulheres a partir de uma gama heterogénea de fontes (sermonário, cartas pastorais, folhetos volantes e literatura de cordel, imprensa periódica, relatos de viajantes ou descrições etnográficas, entre outras). Trata-se de uma tipologia documental que, de um modo geral, tende a encarar a “mulher” como entidade colectiva e abstracta, a quem se atribui determinadas características convencionais, descurando-se as mulheres concretas na sua vivência quotidiana e singular. As investigações feitas neste domínio articularam-se à volta de duas questões capitais: as contradições entre as normas e a realidade, e a transformação dos papéis femininos.

Apesar das matérias analisadas abrangerem, de um modo geral, todos os períodos históricos, estas incidem sobretudo na época contemporânea, o que se justifica pelo facto de ter sido, nos séculos XIX e XX, que se colocou, de uma maneira crucial, a questão da mudança da condição feminina, na sequência da industrialização e da modernização da sociedade.

Aliás, duas das temáticas que rastreiam um número significativo de trabalhos - a educação e a participação feminina nos movimentos políticos e sociais - circunscrevem-se exclusivamente àqueles séculos. O acesso à instrução e o debate travado, bem como os inícios da profissionalização das mulheres como docentes são os principais vectores daquela primeira linha temática, enquanto a emergência das correntes feministas, suas reivindicações, diferenças e afinidades, bem como a intervenção feminina em organizações pró-republicanas, como a Maçonaria ou os inícios de um jornalismo feminino, de conteúdo emancipador, polarizam a segunda vertente dos estudos.

O encontro da nova história social com a história das mulheres provocou, pois, um frutuoso debate historiográfico, consubstanciado numa grande abertura temática, na pluralidade de abordagens e de registos assim como na recusa das periodizações lineares ou das simplificações de uma história “adicional” que, não questionando o conceito de diferença de sexos, não modificava em nada a perspectiva de conjunto²³. Porém, contrariamente a outros países europeus que privilegiavam os estudos de história oral como “a disciplina mais apta a quebrar o silêncio das mulheres”²⁴, este tipo de metodologia tem sido pouco utilizado na investigação histórica feita em Portugal, a não ser pontualmente e a título complementar.

É, por conseguinte, na década de oitenta que se assiste à progressiva consolidação dos estudos de história das mulheres nas instituições do ensino superior e ao seu reconhecimento como área científica. Às iniciativas esporádicas dos anos setenta, sucede

²³ POMATA, 1990.

²⁴ BELLAVITIS, 1990: 64.

uma certa sistematização dos trabalhos e das actividades desenvolvidas decorrente, em parte, de uma maior articulação entre universidades, ministérios e mecanismos nacionais para a igualdade. Os programas curriculares começam a consagrar-lhe alguns temas e, tanto ao nível das licenciaturas como dos mestrados, atribui-se-lhe uma importância crescente. Todo este processo foi facilitado pela integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia, em 1986, bem como pela ratificação, por parte do Estado português, de deliberações internacionais sobre igualdade de oportunidades entre homens e mulheres em matéria de educação²⁵.

3 - Dos anos noventa à actualidade

Todavia, a institucionalização dos *Estudos das Mulheres*, no âmbito do ensino superior, como área específica do saber académico, bem como a sua integração nos programas oficiais dos planos curriculares, só ocorreu na década de noventa. Coube à Universidade Aberta (Lisboa) o pioneirismo nesta matéria, ao criar, em 1995, o primeiro *Mestrado em Estudos das Mulheres*, de carácter interdisciplinar, com particular incidência nas áreas de história, literatura e sociologia²⁶.

Tanto o ensino como a investigação sobre os *Estudos das Mulheres* têm conhecido, nos últimos anos, um surto visível nas universidades, desenvolvendo-se ao abrigo de disciplinas optativas, de seminários (de licenciatura ou de mestrado), de cursos de curta duração ou ainda pela abordagem de perspectivas teóricas e temáticas de conteúdo feminista (ou não) na leccionação das disciplinas curriculares. De igual modo se têm constituído centros ou núcleos de estudos²⁷.

Na actualidade tem-se assistido, em Portugal, a uma multiplicidade de eventos conotados com a história das mulheres²⁸. Às iniciativas levadas a cabo pelas instituições do ensino superior associam-se todas aquelas que têm sido dinamizadas por câmaras municipais ou outros órgãos do poder local, bem como museus, tirando-se partido de uma certa popularidade que os temas de história das mulheres suscitam junto do público. A título exemplificativo cite-se o caso de o Colóquio “A mulher na vida e obra de Camilo”, organizado, em Outubro de 1995, pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, ou o “Encontro Milénio Mulher”, realizado na Lousã, a 3 de Março de 2000, a “I Semana da Mulher”, promovida pela Câmara Municipal de Ponta Delgada, de 6 a 14 de Março de 2001 ou ainda a exposição “Mulheres na Fábrica de Loiça de Sacavém (29 de Abril / 11 Novembro 2001)”, organizada pelo Museu de Cerâmica local, com o apoio da Câmara de Loures.

Ainda no contexto do mundo académico, e como consequência do pluralismo e da

²⁵ PINTO, 2000b: 154-155.

²⁶ Não existem, na actualidade, outras instituições do ensino superior a conferir diplomas nesta área, quer ao nível das licenciaturas quer das pós-graduações, o que se deve atribuir à rigidez do sistema universitário, pouco receptivo a alterações dos planos de estudo, bem como à institucionalização tardia das ciências sociais em Portugal e às dúvidas que suscita a “utilidade” de um tal diploma (BOXER, 2001: 231).

²⁷ Eu própria, desde 1995, no âmbito do Mestrado em História Económica e Social Contemporânea, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, lecciono uma cadeira intitulada *As mulheres no mundo contemporâneo: história comparada*, embora tenha iniciado, nos anos oitenta, e no quadro de disciplinas do plano curricular, o estudo de temas afins à história das mulheres.

²⁸ Para uma análise mais circunstanciada dos congressos realizados em Portugal sobre mulheres e feminismo veja-se FAVINHA, 1999: 303-306; BALTAZAR, 2000: 257-260; TAVARES, 1999: 82-84.

descentralização universitários, é de referir o crescimento de cursos, núcleos de estudos, associações e centros de investigação²⁹. Em 1999 nasceu a primeira revista portuguesa de história das mulheres - "Fases de Eva. Estudos sobre a mulher" - dirigida por Zília Osório de Castro, que já vai no seu 6º número.

Outras actividades, mais ou menos oficiais, têm sido levadas a cabo. Na impossibilidade de fazer a sua cobertura exaustiva destaque-se a realização, por iniciativa da historiadora Anne Cova, do encontro "Écrire l'histoire des femmes. Bilan historiographique en Europe du Sud (France, Espagne, Grèce, Portugal), XIX^e - XX^e siècles", em Setembro de 1999, inserido no âmbito dos Cursos da Arrábida; o "I Curso Livre de Estudos do Género - A mulher na sociedade contemporânea", organizado por Fátima Sequeira Dias na Universidade dos Açores, em 2000-2001, e a fundação, em 1997, da "Associação Portuguesa de Investigação Histórica sobre as Mulheres" (APIHM), com sede na Universidade Portucalense Infante D. Henrique, na cidade do Porto³⁰.

Esta Associação que visa "promover, dinamizar e apoiar a investigação histórica sobre as mulheres, em Portugal" tem organizado, desde 1998, uma série de encontros, de periodicidade anual, e subordinados a um leque variado de matérias. A temática do corrente ano de 2002 intitulava-se *A mulher e a festa* e, no próximo mês de Outubro (a 25 e 26), terá lugar, em Cabeceiras de Basto, um outro encontro subordinado ao tema "Mulheres, memória, história".

Em jeito de remate poder-se-ão subscrever as palavras, de teor bem optimista, de Marília Favinha, redigidas em 1999, à cerca das realizações respeitantes à história das mulheres e do género: "no final do 2º milénio as questões femininas parecem terem sido repostas no seu lugar de direito"³¹. Repostas ou não, assistiu-se, nos anos noventa, a um investimento, por parte das instituições do ensino superior e de algumas autarquias locais, nas problemáticas do feminino e do género, com impacto positivo na sociedade civil. Fruto da interdisciplinaridade e por razões de natureza teórica ou estratégica, a história das mulheres detém, na actualidade, um certo peso em algumas instituições, embora a maior parte da produção histórica se concentre nas universidades de Lisboa (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, Universidade Aberta, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, ISCTE), Porto (Faculdade de Letras e Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação) e Coimbra (Faculdade de Letras e Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação). Não obstante, desde 1990, quase todas as universidades (privadas ou públicas) publicam obras nesta área.

É sobretudo ao nível das teses de mestrado que se torna possível apreender os avanços feitos nesta área do conhecimento histórico, quer no que respeita às novidades temáticas quer no que concerne às inovações de carácter metodológico, decorrentes da utilização de novas categorias de análise. Ora, embora persistam as investigações em torno das grandes linhas programáticas já referidas, outras têm vindo a ganhar terreno, mantendo-se, no entanto, a incidência cronológica sobre a época contemporânea,

²⁹ Refira-se a título exemplificativo que a revista "História", na sua 3ª série, iniciada em Abril de 1998, inclui, com alguma regularidade, artigos de história das mulheres ou informações de carácter bibliográfico, noticioso ou outras, sobre esta área de estudos.

³⁰ Sobre a fundação e actividades desenvolvidas por esta associação veja-se ALVIM, 2000: 137-146 e FREIRE, 2000: 63-65.

³¹ FAVINHA, 1999: 306.

seguida à distância pelas épocas medieval e moderna. Entre os novos temas que congregam um número cada vez maior de investigadores destaca-se a participação feminina no mundo do trabalho, área de estudos bastante deficitária na década de oitenta.

Sobre a história das mulheres dos séculos XIX e XX. A questão da representatividade das fontes

Feita esta caracterização geral, convém especificar o caso concreto dos séculos XIX e XX. Após o 25 de Abril de 1974 desenha-se um interesse renovado pelo estudo destes séculos, períodos cronológicos marginalizados pela historiografia estado-novista. Razões de ordem política e ideológica justificam o silenciamento a que eram votados e que conduziram a uma rarefação de estudos históricos.

Os últimos anos da década de setenta e sobretudo os anos oitenta marcam um período fecundo em termos de desenvolvimento de estudos dos séculos XIX e XX, bem como da história das mulheres, guardadas naturalmente as devidas proporções, o desigual reconhecimento institucional e respectiva importância específica no seio da disciplina histórica. Na verdade, enquanto a investigação sobre o Portugal dos séculos XIX e XX imediatamente se integrou no quadro universitário³², a história das mulheres foi lateralizada e só com dificuldade se impôs cientificamente. Mas sobre esta matéria já me pronunciei...

Há, no entanto, algumas questões de base que se colocam a quem queira enveredar pela investigação nesta área de estudos, mais precisamente o da representatividade das fontes documentais. Com efeito, um dos desafios que se coloca ao historiador ou à historiadora das mulheres dos finais do século XIX e princípios do século XX é o da aridez das fontes disponíveis, sobretudo das tradicionais fontes estatísticas, qualquer que seja a sua proveniência (populacionais, judiciais, eleitorais ou outras), as quais nem sempre são acessíveis, válidas e sistematizadas.

Estas são, em regra, omissas quanto a informações concretas e circunstanciadas sobre as mulheres. O não reconhecimento destas como seres juridicamente autónomos, só existindo enquanto elementos de um agregado familiar, ou seja, como esposa, mãe ou filha, sem direitos políticos e estatuto económico próprio, excluí-as dos poderes formalmente constituídos, com reflexos ao nível dos registos primários. Para as instituições oficiais, as mulheres praticamente não existiam e essa invisibilidade traduzia-se na opacidade das fontes.

Ideias preconcebidas e representações ideológicas da natureza feminina entravavam igualmente a objectividade das estatísticas, em especial as judiciais, conduzindo a informações tendenciosas, e de que é exemplo significativo a interpretação que era feita da fraca criminalidade feminina. Para os autores oitocentistas, esta não era mais do que a tradução da inferioridade física e intelectual das mulheres. As características de “fragilidade física”, “timidez moral” e “dependência social” que se lhes atribuíam reflectiam-se, ao nível do aparelho judicial, numa particular indulgência,

³² Acerca da produção historiográfica sobre o século XIX, antes e depois do 25 de Abril de 1974, veja-se PEREIRA, 1991: 93-125.

³³ “Uma mulher conveniente - dirá Michelle Perrot - não se queixa, não se confia excepto ao seu confessor se for católica l...l. O pudor é a sua virtude, o silêncio a sua honra, a ponto de se tornar uma segunda natureza l...l Este convém à sua posição secundária e subordinada”, PERROT, 1998: II.

reservando-lhes os tribunais um estatuto de menoridade e uma responsabilidade atenuada no cometimento de actos ilícitos, sem paralelismo com o sexo oposto.

Escassez e subjectividade dos dados confluíam, pois, em resguardar o sexo feminino do olhar dos outros, incluindo historiadores. Um fenómeno a que as próprias mulheres não foram alheias... Ao interiorizarem os valores da descrição e do pudor facilitaram o seu auto-ocultamento.

Com efeito, as regras da decência impunham a uma mulher conveniente o silêncio³³. Era sob o signo do anonimato que se dedicavam a obras filantrópicas, colaboravam na imprensa periódica ou patrocinavam causas sociais. Eram raras aquelas que ousavam afirmar-se jornalistas³⁴, escondendo-se com frequência atrás de pseudónimos. Aliás, a descrição era incentivada pela cultura dominante. Não afirmava a religião católica que a caridade para ser meritória deveria ser anónima? As luzes da ribalta estavam reservadas às actrizes ou a outras profissões pouco consideradas que funcionavam como o contraponto do que deveria ser uma mulher honesta, ou antes, segundo a terminologia do tempo, uma senhora. No século XIX, os espaços públicos são essencialmente masculinos e a publicidade dos actos um comportamento viril. Sem dúvida que as mulheres das classes populares usufruíam de uma maior liberdade (de gestos, de palavras e de actos), captada pelos processos correcionais. Acontece, porém, que a utilização deste tipo de fontes para o estudo do século XIX não tem sido muito estimulada em Portugal. Quanto às fontes literárias, prestam sobretudo informações sobre o quotidiano burguês.

As lacunas apontadas condicionam, em grande parte, o conhecimento das mulheres do século XIX e circunscrevem-no fundamentalmente aos últimos cinquenta anos da centúria. Na verdade, sendo a primeira metade de oitocentos um período da história de Portugal relativamente bem estudado, permanece, no tocante ao feminino, um “continente quase desconhecido”, o que dificulta o entendimento das mudanças ocorridas depois da *Regeneração* (1851), em especial após 1870. A partir destas datas multiplicam-se as fontes documentais, incluindo os testemunhos directos (imprensa feminina, etc.), consequência da participação mais activa do sexo feminino na sociedade do seu tempo.

Com efeito, os anos 1850-1870 marcam uma viragem na condição das mulheres portuguesas, abrindo-se-lhes possibilidades de intervenção social que, no início do século XIX, pareciam inviáveis. A emergência de novas formas de sociabilidade, a criação e a difusão de uma imprensa escrita e dirigida por mulheres³⁵, o despontar dos feminismos, a formalização de um novo enquadramento legal, o empenho posto pelo Estado na instrução feminina são sintomas inequívocos de mudança, enquanto se difunde um discurso tendente à valorização das mulheres. Trata-se de alterações que coincidem no tempo com a consolidação do sistema político constitucional e com o esforço de desenvolvimento económico e de modernização do país. A promoção da condição feminina adequa-se, aliás, ao projecto de europeização da sociedade intentado pela *Regeneração* (1851-1868), materializando a própria noção de progresso.

Porém, se as fontes directas escasseiam, as fontes indirectas, pelo contrário, são superabundantes. Refiro-me, em concreto, aos discursos normativos (redigidos por homens) em que a mulher, com M maiúsculo, é o epicentro. Neste domínio particular,

³⁴ É o caso, entre outras, de Guiomar Torresão.

³⁵ Data de 1849 o primeiro jornal fundado e dirigido por uma mulher (Antónia Gertrudes Pusich), o qual tinha por título *Assembleia Literária*, LEAL, 1992: 10.

há fundamentalmente três tipos de discursos que têm a particularidade de constituírem os pilares do saber (e do poder) no século XIX: o *religioso* (da Igreja católica e que podemos analisar através dos sermões, imprensa periódica religiosa, pastorais, monografias de conventos, de casas religiosas ou de colégios, etc.); o do *direito* (textos jurídicos, colecções oficiais da legislação, artigos de revistas jurídicas, teses defendidas, etc.) e o da *medicina* (livros, teses, revistas, tratados, etc.).

Um outro tipo de documentação que implica o seu manuseio com particular cuidado são as *recolhas etnográficas* que se multiplicam a partir da segunda metade do século XIX, e que constituem inquestionavelmente uma outra fonte privilegiada para o estudo da sociedade rural, não obstante obrigarem a um redobrado espírito crítico e particular prudência interpretativa, dado o seu carácter ideológico.

Estas, de um modo geral, reflectem uma visão idílica do mundo camponês, sem tensões nem conflitos. Sob certos aspectos, o discurso folclórico é a antítese do discurso histórico, ao imobilizar no tempo usos e costumes aparentemente imemoriais, ignorando as alterações produzidas pela passagem dos anos³⁶.

São, no entanto, testemunhos directos que, de alguma maneira, ajudam a colmatar o vazio dos arquivos, fornecendo indicações preciosas sobre aspectos da vida quotidiana, da medicina popular, das condições de trabalho no campo ou do lugar das mulheres na família, entre outros assuntos. Há que ter, contudo, uma certa distância em relação à realidade descrita. Muitas das imagens que nos chegam de cunho etnográfico, ou “pitoresco”, como então se dizia, são convencionais, mais artísticas do que documentais, reflectindo uma visão nostálgica de um mundo em extinção. É, pois, impossível, apenas com base neste tipo de registo iconográfico, reconstituir, por exemplo, a imagem das camponesas.

As mulheres rurais deixaram-nos, pois, poucos testemunhos das suas vidas e as informações disponíveis são, de um modo geral, dispersas, fragmentadas, em segunda mão, recriadas por outros. Em contrapartida há fontes importantes para o estudo de temas específicos: a ilegitimidade, a delinquência, como sejam os *Livros de termos de entrada e saída dos presos*, os *Livros de matrícula das mulheres solteiras que aparecendo grávidas foram intimadas pelas Câmaras Municipais para a criação dos seus filhos* (1870 a 1891), entre outra documentação. Enfim, chegou a altura de descer ao concreto e de definir as principais linhas de rumo deste campo da investigação em Portugal.

A produção historiográfica sobre os séculos XIX e XX: principais linhas de pesquisa

A produção historiográfica nacional sobre os finais do século XIX e os inícios do século XX tem privilegiado o estudo da condição feminina, em detrimento da problematização das relações entre os homens e as mulheres no processo histórico.

Apesar de uma certa descontinuidade e dispersão temáticas, duas linhas de reflexão têm-se mantido constantes: por um lado, a construção social dos modelos dominantes de feminilidade, seus veículos de formação e articulação com a realidade; por outro lado, a progressiva incorporação das mulheres no espaço público ainda que com severas limitações.

³⁶ Sobre a “prudência” a ter na utilização deste tipo de fonte veja-se SOHN, 1996: 28-31.

A exemplo de outros países europeus, também em Portugal a construção do Estado-nação implicou, desde a sua génese, a delimitação das fronteiras entre os espaços públicos e privados, os quais sendo sexualmente conotados, excluía as mulheres dos primeiros. Da aceitação desta partilha à sua contestação percorreu-se um longo caminho, através do qual se foi construindo a individualidade feminina como ser social e político, sendo as reivindicações de direitos, em especial da instrução, elementos-chave do acesso à cidadania.

As representações e os discursos sobre as mulheres têm, por conseguinte, constituído uma das vertentes dos estudos e polarizado a atenção de muitos historiadores. Não é fácil sintetizar o trabalho realizado, dado o seu carácter parcelar. De qualquer modo, as contribuições mais recentes têm equacionado o lugar das mulheres na sociedade do seu tempo através da análise das normas e dos valores inculcados, das leituras recomendadas, dos modelos educativos propostos, dos locais de sociabilidade autorizados, ao mesmo tempo que definem os estereótipos dominantes da “boa filha, futura boa esposa e mãe”. Ideais modelados pela instituição familiar, o agente educador e socializador por excelência, o qual se manterá inalterável pelo menos até ao primeiro terço do século XX.

Nesta matéria destaca-se o estudo de Paulo Guinote *Quotidianos femininos (1900-1933)*³⁷, o qual, incidindo sobretudo no período da I República, faz o ponto da situação dos discursos sobre as mulheres, traçando em simultâneo os desvios às normas dominantes e os modos de vida alternativos que rompiam com a moral vigente, como é o caso das divorciadas ou das homossexuais.

Já para o período do Estado Novo, é de salientar o trabalho de Anne Cova e de António Costa Pinto intitulado *O salazarismo e as mulheres. Uma abordagem comparativa*³⁸, no qual é feita uma análise das atitudes do Estado Novo relativamente às mulheres, salientando-se, em particular, no campo ideológico e político, a apologia do “regresso ao lar”, a “glorificação da maternidade” e de um certo modelo de “família”, enquanto célula vital da sociedade. Relativamente à República de 1910, o salazarismo introduz, no princípio da igualdade dos sexos enunciado na Constituição de 1933, uma disposição específica que, “em nome das diferenças resultantes da natureza e do bem da família”, negava às mulheres a completa igualdade com os homens. Neste domínio, o salazarismo nada inovou, permanecendo apegado à ideia tradicional de que as mulheres se situam do lado da natureza e os homens do lado da cultura, mantendo-se, por conseguinte, fiel às mensagens repetidas pela Igreja Católica nas encíclicas *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo anno* (1931).

Anne Cova e António Costa Pinto prosseguem, no entanto, linhas de pesquisa já exploradas por outros autores em anteriores trabalhos (Maria Belo³⁹, Ana Paula Alão, Cecília Barreira⁴⁰, Irene Vaquinhas⁴¹), destacando-se, neste âmbito, o estudo levado a cabo por A. Vicente Baptista⁴². A partir de textos divulgados na rádio, é feita uma análise circunstanciada do discurso normativo difundido pelo salazarismo sobre a instituição familiar e do papel que à mulher, enquanto esposa e mãe, competia. Já

³⁷ GUINOTE, 1997.

³⁸ COVA; PINTO, 1997.

³⁹ BELO; ALÃO; CABRAL, 1987.

⁴⁰ BARREIRA, 1992.

⁴¹ VAQUINHAS, 2000e.

⁴² BAPTISTA, 1986: 191-219.

Helena Neves, numa obra recentemente editada pela Biblioteca e Museu da República ⁴³ detém--se, em particular, sobre o protagonismo feminino como suportes do salazarismo e do marcelismo, analisando com algum pormenor as organizações criadas, entendidas como importantes vertentes da propaganda oficial.

Se associarmos as estes estudos, os realizados sobre a moda e conceitos de beleza durante a segunda metade do século XIX e a I República ⁴⁴ ou sobre os paradigmas femininos captados pela literatura ⁴⁵ poder-se-á dizer que possuímos, neste momento, uma visão bastante completa dos quadros de vida das mulheres dos meios burgueses, sobretudo urbanos. De igual forma, a *garçonne* portuguesa foi objecto de uma dissertação de Maria Gabriela Mota Marques ⁴⁶, a qual permitiu verificar que o conservadorismo da sociedade portuguesa restringiu as inovações aos cabelos e aos vestidos curtos, não obstante o enquadramento geral ser de mudança, fruto não só da guerra mas também da crescente motorização da sociedade, da influência do cinema, do teatro, dos cabarets, etc..

Já as mulheres de outros estratos sociais só pontual e episodicamente têm sido objecto de estudo. A falta de informações (ou de sistematização) dificulta o conhecimento da participação feminina no mundo do trabalho, dispondo-se apenas de dados estatísticos relativamente seguros (evolução da população activa feminina, características da força de trabalho, etc.) para o período posterior a 1890 ⁴⁷. Sabemos, por exemplo, que as mulheres começaram a marcar presença no sector dos serviços, sobretudo na administração pública e no funcionalismo do Estado, a partir dos primeiros anos do século XX ⁴⁸, embora só a partir dos anos sessenta a sua presença seja significativa no sector terciário (33,9%). Ainda se sabe muito pouco sobre o tradicional mundo das profissões femininas urbanas (criadas, amas, lavadeiras, costureiras, leiteiras, etc.), o qual congregava uma parte importante da população activa, bem como do exercício de actividades em sectores menos conhecidos, como nos serviços telefónicos nacionais, ou em profissões que dificilmente se adequavam à imagem de “sexo fraco” transmitido pelos autores oitocentistas: estivadoras, carrejonas, carregadoras de malas, distribuidoras do correio, guardas-linha, entre outras.

Quanto ao operariado feminino, cujo peso na população activa era bem menor - cerca de 19% em 1900, 23,1% em 1911, 21% em 1930 -, os estudos disponíveis não vão além de conhecimentos gerais sobre as condições de vida, de trabalho e de salários, ou de pequenos *flashes* sobre a intervenção feminina no movimento grevista e sindicalista. Enquadrado por estudos mais gerais sobre a génese do Estado-providência em Portugal tem-se analisado as legislações protectoras do trabalho feminino e infantil. Maior atenção tem merecido o discurso operário, quer o tradicionalista, hostil de um modo geral ao trabalho feminino fora do lar e elogioso para com a “dona de casa poupada e

⁴³ NEVES, 2002.

⁴⁴ PAIS, 1986; ALVIM, 1997.

⁴⁵ FONSECA, 1984, 1993.

⁴⁶ MARQUES, 2002.

⁴⁷ NUNES, 1991: 707-722; BAPTISTA, 1999; 2000: 85-97. A população activa feminina cifrava-se em 17% no início do Estado Novo, alcançando a percentagem de 22,7% em 1952, valores estes que são muito próximos aos registados, para o mesmo período de tempo, em Itália, França e Alemanha. Uma parte significativa da população activa trabalhava no sector primário, sector que assistiu, nos anos sessenta, à feminização da agricultura por via da emigração e da guerra colonial Cfr. COVA; PINTO, 1997: 75-76.

⁴⁸ Em 1930, as mulheres constituíam 7,1% de todo o funcionalismo do Estado, não contando com as empregadas dos correios, telégrafos e telefones.

dócil”⁴⁹, quer o anarco-sindicalista, pouco favorável às pretensões feministas relacionadas com o mercado de trabalho, como o demonstrou Anne Martina Emonts, na sua dissertação de mestrado, galardada com o Prémio Carolina Michäellis: “*Onde há galo não canta galinha. Discursos femininos, feministas e transgressivos nos anos Vinte em Portugal. O caso do Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha (1923-1927)*”⁵⁰.

Pesquisas de demografia histórica têm avançado no conhecimento dos comportamentos matrimoniais e estruturas familiares das classes populares. Sabemos hoje, graças aos trabalhos de Gaspar Martins Pereira e de Luís Grosso Correia sobre o Porto finissecular, da forte incidência do concubinato entre as camadas populares urbanas mais carenciadas⁵¹, situação semelhante à de outros grandes centros urbanos europeus.

O conhecimento das mulheres rurais tem progredido timidamente. Os avanços mais significativos provêm das investigações sobre a emigração, bem como dos trabalhos de antropólogos sensíveis à perspectiva histórica nas abordagens das comunidades rurais (Alice Gerales, Colette Callier-Boisvert, Brian J. O’Neill, João de Pina Cabral, Karin Wall)⁵². A feminização da agricultura é um dado adquirido, fruto da emigração e, a partir dos anos sessenta, também da guerra colonial, com todas as implicações que daí decorrem (manutenção da agricultura de subsistência, importância da mulher na economia rural e nas estratégias patrimoniais, reforço da solidariedade feminina, etc.). A ilegitimidade e o engeitamento de crianças tem sido um frutuoso campo de estudo, demonstrando-se que a mãe solteira era uma realidade do tecido social português embora se conheça pouco da sua situação concreta⁵³.

O mundo da marginalidade tem despertado um certo interesse, sobretudo no que toca à delinquência e à prostituição. Chamo aqui a atenção para os trabalhos de Maria José Moutinho Santos, os meus próprios e, mais recentemente, de Susana Serpa Silva e Aurízia Anica sobre a violência exercida sobre e por mulheres⁵⁴. As políticas prostitutionais adoptadas nos finais da monarquia e durante a I República foram objecto de um estudo aprofundado, sobretudo no que respeita às propostas de tolerância da prostituição sujeita à matrícula e inspecção sanitárias, sendo estas articuladas com o desenvolvimento tomado pelas ciências médicas e biológicas, inspiradoras de reformas no plano social⁵⁵.

Área pouco desenvolvida é a das biografias e da prosopografia, ou seja, das biografias de grupo. É certo que tanto o movimento feminista português do início do século XX, estreitamente vinculado às reivindicações políticas e ideológicas do republicanismo, como os movimentos de mulheres, sobretudo nos anos setenta da actualidade, impulsionaram as biografias de “mulheres notáveis”, criando a sua própria galeria de “heroínas”. Trata-se, no entanto, de estudos de carácter reabilitante a que falta

⁴⁹ MATIAS, 1984: 23-27; 1986: 7-30.

⁵⁰ EMONTS, 2001.

⁵¹ PEREIRA; CORREIA, 1996: 475-488. Para estes autores, “cerca de um em cada cinco casamentos em meados do século e cerca de um em cada três nos finais fizeram-se para legalizar”, p. 476.

⁵² CALLIER, 1966: 237-277; GERALDES, 1982; O’ NEILL, 1981: 31-73; O’ NEILL, 1985: 173-214; CABRAL, 1984: 97-112; CABRAL, 1989; Wall, 1998.

⁵³ ALBINO, 1986: 683-695; CALLIER-BOISVERT, 1990: 189-202; MATOS, 1998: 535-580; VAQUINHAS, 2001.

⁵⁴ SANTOS, 1998; SERPA SILVA, 1999: 179-209; ANICA, 2000: 37-57; VAQUINHAS, 1996; VAQUINHAS, 2001.

⁵⁵ LIBERATO, 1999; LIBERATO, 2000: 53-68.

uma análise crítica das personalidades elogiadas relativamente às mulheres do seu tempo. Nos últimos tempos, a abertura ao público de arquivos privados e as pesquisas feitas no âmbito de cursos de pós-graduação tem permitido “descobrir” personalidades femininas com papel de destaque nos sectores empresariais, da cultura ou do jornalismo. Um exemplo paradigmático é o de Maria Lamas, jornalista, intelectual, resistente política à ditadura, cuja biografia foi recentemente dada a lume⁵⁶.

A participação feminina em algumas actividades desportivas tem também, desde há algum tempo a esta parte, despertado a atenção de historiadores, sobretudo no que concerne à velocipedia, cujo desenvolvimento beneficia não só de uma maior liberdade usufruída pela mulher burguesa, como da expansão da indústria velocipédica, em conquista de novos mercados e públicos⁵⁷. Para o período do Estado Novo, a mulher e o desporto é um tema que tem sido objecto de alguns estudos, uma vez que, para o tempo, era um domínio tolerado pelo pudor por ir ao encontro do discurso higienista, comum a todas as facções políticas⁵⁸.

Os temas educativos têm sido muito analisados. O acesso à instrução foi uma das principais reivindicações do século XIX, mobilizando em seu favor os sectores mais esclarecidos da sociedade portuguesa. Começando por ser considerado uma necessidade social, imprescindível à consolidação do Estado-nação, converteu-se, no final do século, na principal exigência do movimento feminista português. A progressão do sexo feminino no sistema educativo; a institucionalização dos ensinos secundário e técnico; o ensino religioso e o quotidiano dos colégios católicos; o debate sobre a coeducação e as resistências encontradas têm sido matérias analisadas com algum pormenor⁵⁹. O panorama do ensino feminino era muito deficiente, alcançando a taxa de analfabetismo o valor de 69,9% em 1930. A existência de modelos educativos subordinados ao género determinava o tipo de instrução a ministrar, com destaque para a formação moral e as actividades domésticas, embora a componente intelectual se vá reforçando, não obstante as preocupações “feminizantes” do período estado-novista.

A criação dos ensinos secundário e técnico avançará sob os auspícios do anticlericalismo e da defesa dos ideais republicanos. É de salientar, neste campo, a contribuição essencial de Teresa Pinto que na monografia intitulada *O ensino técnico industrial feminino em finais do século XIX* [...] verifica como se conciliavam as finalidades teóricas do ensino industrial feminino, de formação profissional de mão-de-obra, com o modelo finissecular de domesticidade burguesa. Quanto ao acesso ao ensino superior dispomos apenas de quadros descritivos, faltando as sínteses explicativas⁶¹. Finalmente, das ciências da educação tem-nos chegado abordagens sociológicas de profissões femininas, na perspectiva do género, como é o caso das professoras primárias, das enfermeiras e das regentes escolares do período do Estado Novo⁶².

⁵⁶ FIADEIRO, 1999.

⁵⁷ COSTA, 1999: 79-90.

⁵⁸ PIMENTEL, 1998: 30-39; BRASÃO, 1999.

⁵⁹ Entre os muitos estudos publicados sobre esta temática, refiram-se os seguintes: FUENTE, 1989; ROCHA, 1989; ROCHA, 1991; ROCHA, 1996; MOURA, 1996-1997; VAQUINHAS, 2000d: 81-142.

⁶⁰ PINTO, 2000a.

⁶¹ GOMES, 1987; SANTOS, s.d.

⁶² SOARES, 1983; ARAÚJO; 2000; RIAS, 1999: 107-121.

A evolução do feminismo tem constituído um frutuoso campo de pesquisa, incidindo a maioria dos trabalhos nos primeiros anos do século XX⁶³.

Enquanto movimento organizado, o feminismo irrompeu na sociedade portuguesa no contexto da crise do sistema monárquico que antecedeu a implantação da República, o que favoreceu a sua ligação ao republicanismo e a outras forças democráticas, como a Maçonaria. Este caracteriza-se, sobretudo, por aspirações de carácter social (instrução, direitos civis, etc.), fundamentadas na tradicional argumentação maternalista. As organizações de mulheres, como a *Liga Republicana das Mulheres Portuguesas* (1908/9-1919), a *Associação de Propaganda Feminista* (1911-1918) ou o *Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* (1914-1947) têm sido objecto de pesquisas, sobretudo levadas a cabo por João Esteves e Vanda Gorjão. A questão da participação política das mulheres conduzirá a cisões no movimento feminista. A *Associação de Propaganda Feminista*, a primeira organização portuguesa a assumir-se como sufragista, resultou precisamente de divergências no seio da *Liga Republicana das Mulheres Portuguesas* a propósito do direito de voto das mulheres. De igual modo, se avançou no conhecimento do feminismo libertário dos anos vinte, suas contradições e confrontos no contexto do panorama político e ideológico da época. O contributo das próprias mulheres para a elaboração dos discursos anti-feministas, em particular o tradicional discurso da domesticidade que reforçava a separação dos espaços públicos e privados e as confinava ao universo do lar e da família, é uma via prometedora mas ainda pouco explorada.

A ditadura militar, implantada em 1926, não interditiou a actividade dos movimentos de mulheres e abriu mesmo a esfera política a uma pequena elite de mulheres⁶⁴, situação que se manteve no Estado Novo. Trata-se, no entanto, de uma abertura que ocorreu numa atmosfera hostil aos direitos sociais e civis adquiridos pelas mulheres durante a I República. As organizações femininas oficiais do regime salazarista, criadas no contexto da reforma nacionalista e católica do sistema educativo, tem sido um campo de estudo bastante explorado nos últimos tempos. A *Obra das Mães para a Educação Nacional* (1936) e a *Mocidade Portuguesa Feminina* (1937), ambas dependentes do Ministério da Educação, já foram objecto de investigação aprofundada⁶⁵. Em contrapartida, as actividades das organizações católicas femininas ainda não foram objecto de qualquer estudo.

Uma outra linha de pesquisa tem privilegiado “as vozes femininas”, captadas através da produção literária, jornalística ou artística, ou seja, alguns autores têm-se esforçado por fazer incidir as suas investigações sobre as condições da produção feminina, encarrando-se as mulheres simultaneamente como sujeitos produtores e objectos de representação. Jornais, revistas, obras didácticas ou de divulgação, produções artísticas, na sua dupla vertente de objecto/fonte de pesquisa histórica têm permitido dar à estampa

⁶³ ESTEVES, 1991; 1998; GORJÃO, 1994; LAMAS, 1995.

⁶⁴ No plano da cidadania política, as portuguesas obtiveram alguns magros direitos. Assim, por decreto de 5 de Maio de 1931, as mulheres maiores de 21 anos, com diplomas do ensino secundário ou superior, tiveram o direito de voto, enquanto para os homens bastava que soubessem ler e escrever. Em 1946, uma nova lei eleitoral alargou o âmbito da legislação anterior, concedendo o direito de voto às mulheres casadas (alfabetizadas ou analfabetas contribuintes). Somente em 1968, após a substituição de Salazar por Marcello Caetano, é que todas as mulheres conquistaram o direito de voto, o qual se fundamentou num parecer da Câmara Corporativa que sublinhava as vantagens desse facto “porque as mulheres são mais conservadoras do que os homens”. O direito de sufrágio, todavia, não se aplicava às eleições municipais, para as quais só continuavam a votar os chefes de família.

⁶⁵ PIMENTEL, 1996; 1999: 63-90.

uma gama variada de estudos, de rigor e qualidade científica variável, mas onde se entrecruzam as perspectivas historiográficas com a crítica literária (feminista ou não).

Em jeito de balanço final:

No termo deste percurso convém destacar a importância que a história das mulheres já adquiriu no plano da investigação histórica feita no nosso país. É certo que não conduziu a uma renovação fundamental da história de Portugal, mas avançou em termos de problemáticas, da leitura e da compreensão dos fenómenos históricos.

Aumentaram igualmente as informações disponíveis, renovaram-se as fontes históricas ou demonstrou-se a potencialidade de documentação até à data pouco explorada. No que concerne à história das mulheres dos finais do século XIX e inícios do século XX dispomos na actualidade de informações relativamente abundantes. São também diversos os caminhos pelos quais os historiadores têm enveredado, embora haja muitos campos de estudo que urge explorar (caso, por exemplo, da saúde feminina e do discurso médico de extrema importância na configuração de um certo protótipo de mulher, do exercício de profissões liberais, biografias de activistas ou de empresárias, etc.) ou aprofundar.

Continuam, no entanto, ainda muitos obstáculos por vencer ou vazios historiográficos por preencher. Uma das principais lacunas que se fazem sentir na actualidade diz respeito à ausência de antologias de textos históricos ou de roteiros ou catálogos de fontes⁶⁶. Dada a sua grande utilidade, em particular para a docência, seria de toda a conveniência investir neste tipo de publicações. Faltam-nos ainda as sínteses gerais e as interpretações globais.

Enfim, é escusado insistir: a história das mulheres é um contributo indispensável para o enriquecimento da história geral.

Referências bibliográficas

- “A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais. Actas do Colóquio”, 20 a 22 de Março de 1985, 2 vols., Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras.
- ALBINO, Teresa de Jesus, 1986 - *Mães solteiras numa aldeia transmontana* in “Análise Social, Mulheres em Portugal. Comunicações ao Colóquio organizado pelo Instituto de Ciências Sociais”, 3ª série, vol. XXII, núm. 92-93, 3º-4º, p. 683-695.
- ALVIM, Maria Helena Villas-Boas e, 2000 - *Ser mulher ontem e hoje: e amanhã? A Associação Portuguesa de Investigação Histórica sobre as Mulheres*. “FACES de Eva. Estudos sobre a Mulher”, nº 3, p. 137-146.
- ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas e, 1997 - *A moda e a beleza feminina no Portugal da 1ª República: Conselhos e alvitres (Modas e Bordados, 14 de Fevereiro de 1912 a 29 de Dezembro de 1926)*, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, (Tese de mestrado mimeografada).
- “Análise Social, Mulheres em Portugal. Comunicações ao Colóquio organizado pelo Instituto de Ciências Sociais”, 1986, 3ª série, vol. XXII, núm. 92-93, 3º-4º.
- ANICA, Aurizia, 2000 - *Maus tratos agressores e vítimas no contexto social*. “INUAUF STUDIA”, Suplemento I, Loulé, p. 37-57.
- ARAÚJO, Helena Costa, 2000 - *Pioneiras na educação. As professoras primárias na viragem do século: contextos, percursos e experiências (1870-1933)*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.
- BALTASAR, Isabel, 2000 - *O feminismo em Portugal*. “FACES de Eva. Estudos sobre a Mulher”, nº 3, p. 257-260.

⁶⁶ Com excepção do Catálogo *Fontes portuguesas para a história das mulheres*, Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1994, e da antologia *Contributo para um retrato da mulher operária e sindicalista*, Mátria. Associação para o Desenvolvimento Cultural da Mulher, selecção prefácio e notas de Maria Manuela Cruzeiro, Outubro 1998, Lisboa.

- BAPTISTA, Luís A., 1986 - *Valores e imagens da família em Portugal nos anos 30. O quadro normativo* in “A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais. Actas do Colóquio, Coimbra, 20-22 de Março de 1985”, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. I, p. 191-219.
- BAPTISTA, Virgínia do Rosário, 1999 - *As mulheres no mercado de trabalho em Portugal: representações e quotidianos (1890-1940)*, Lisboa, CIDM.
- BAPTISTA, Virgínia do Rosário, 2000 - *A progressiva invisibilidade do trabalho feminino em Portugal (1890-1940)* in “Exclusão na história. Actas do Colóquio Internacional sobre exclusão social”, org. por Maria João Vaz, Eunice Relvas e Nuno Pinheiro, Lisboa, Editorial Celta, p. 85-97.
- BARREIRA, Cecília, 1992 - *História das nossas avós (Retrato da burguesa em Lisboa 1890 - 1930)*, Lisboa, Colibri.
- BARRETO, António, 1996 - *A situação social em Portugal*, Município de Matosinhos, Câmara Municipal.
- BELLAVITIS, Anna, 1990 - *L'histoire des femmes en Italie: bilan de quinze années de débats*. “Cahier du Centre de Recherches Historiques”, Avril 1990, nº 15, p. 61-72.
- BELO, Maria; ALÃO, Ana Paula; CABRAL, Iolanda Neves, 1987 - *O Estado Novo e as mulheres* in “O Estado Novo. Das origens ao fim da autarquia, 1926-1959”, vol. II, Ed. Fragmentos.
- BOXER, Marilyn J., 2001 - *Les women's studies aux États-Unis: trente ans de succès et de contestation*. “Clio. Histoire, Femmes et Sociétés”, nº 13/2001, p. 211-238.
- BRASÃO, Inês Paulo, 1999 - *Dons e disciplinas do corpo feminino: os discursos sobre o corpo na história do Estado Novo*, Lisboa, CIDM.
- BRETTEL, Caroline B., 1991 - *Homens que partem, mulheres que esperam. Consequências da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- CABRAL, João de Pina, 1984 - *As mulheres, a maternidade e a posse da terra no Alto Minho*. “Análise Social”, vol. XX (80), p. 97-112.
- CABRAL, João de Pina, 1989 - *Filhos de Adão, filhas de Eva. A visão do mundo camponesa do Alto Minho*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- CALDEIRA, Maria de Fátima C. G. E. Silva, 1993 - *De meninos se fazem homens. Assistência infantil e juvenil na cidade de Lisboa durante a 1ª República*, 2 vols, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Tese de Mestrado).
- CALLIER, Colette, 1966 - *Soajo. Une communauté féminine rurale de l' Alto Minho*. “Bulletin des Études Portugaises”, nouvelle série, tome XXVII, p. 237-277.
- CALLIER-BOISVERT, Colette, 1990 - *Femmes et mères célibataires dans le Nord-Ouest du Portugal (1860-1986)*. “Ethnologie Française”, XX, 2, Figures animales, p. 189-202.
- CORBIN, Alain, 1998 - *Préface*, “Écrire l'histoire des femmes”, Françoise Thébaut, 2^a édition, ENS Éditions Fontenay/Saint-Cloud.
- COSTA, Vítor Manuel Mourão Gonçalves, 1999 - *O desporto e a sociedade em Portugal. Fins do século XIX - princípios do século XX*, Lisboa, ISCTE (Dissertação de Mestrado).
- COVA, Anne, 1998 - *L'enseignement de l'histoire des femmes dans la Péninsule Ibérique* in “L'Histoire sans les femmes est-elle possible?”, sous la direction de Anne-Marie Sohn et Françoise Thélamon, Perrin, p. 313-325.
- COVA, Anne, 1999a - *Género e história das mulheres* in “Igualdade de oportunidades. Género e educação, Actas do Seminário Europeu II, Lisboa, 10 e 11 de Outubro 1997”, org. Félix Neto, Teresa Joaquim, Rui Soares, Teresa Pinto, Lisboa, Universidade Aberta, CRMRI, p. 54-55.
- COVA, Anne, 1999b - *Escrever a história das mulheres* in “Actas dos V Cursos Internacionais de Verão de Cascais (6 a 11 de Julho de 1998)”, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, vol. 4, p. 117-129 (Separata).
- COVA, Anne; PINTO, António Costa, 1997 - *O salazarismo e as mulheres. Uma abordagem comparativa*. “Penélope”, nº 17, p. 71-94.
- DOMINGO, Pilar Ballarín, 1999 - *Femmes et recherche dans les universités espagnoles* in “Les femmes et l'Université en Méditerranée”, sous la direction Nicky Le Feuvre, Monique Membrado et Annie Rieu, Toulouse, Presses Universitaires du Mirail, p. 309-323.
- EMONTS, Anne Martina, 2001 - *Onde há galo não canta galinha. Discursos femininos, feministas e transgressivos nos Anos Vinte em Portugal. O caso do Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha (1923-1927)*, Lisboa, CIDM.
- ESTEVES, João Gomes, 1991 - *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. Uma organização política e feminista (1909-1919)*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres.
- ESTEVES, João, 1998 - *As origens do sufragismo em Portugal. A primeira organização sufragista portuguesa: a Associação de Propaganda Feminista (1911-1918)*, Lisboa, Editorial Bizâncio.
- FAVINHA, Marília, 1999 - *As mulheres em Congresso*. “FACES de Eva. Estudos sobre a Mulher”, nº 1-2, pp. 303-306.
- FIADREIRO, Maria Antónia, 1999 - *Maria Lamas (1893-1983), jornalista. Tentativa e tentação bibliográfica*, Lisboa, Universidade Aberta (Dissertação de Mestrado).

- FONSECA, Maria Manuel Vieira da, 1984 - *Os papéis do homem e da mulher na família*. "Educação e trabalho", nº 30, Abril-Junho 1984.
- FONSECA, Maria Manuel Vieira da, 1987 - *O percurso até à Universidade - pistas para a descoberta de ideais da educação feminina* in "A mulher e o ensino superior, a investigação científica e as novas tecnologias em Portugal. Actas do Seminário realizado em 10, 11 e 12 de Dezembro de 1986", Cadernos Condição Feminina, Lisboa, p. 81-91.
- FONSECA, Maria Manuel Vieira da, 1993 - *Letras, artes e boas maneiras: a educação feminina das classes dominantes*. "Análise Social", quarta série, vol. XXVIII, nº 120, 1993-1º, p. 7-54.
- FREIRE, Dulce, 2000 - *Investigar no feminino*. Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres. "História", nº 23, Março 2000, p. 63-65.
- FUENTE, Maria José de la, 1989 - *O ensino secundário feminino - Os primeiros vinte anos da Escola Maria Pia*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Dissertação de Mestrado).
- GERALDES, Alice, 1982 - *Castro Laboureiro e Soajo. Habitação, vestuário e trabalho da mulher*, 2ª edição, Lisboa, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico.
- GOMES, Joaquim Ferreira, 1987 - *A mulher na Universidade de Coimbra*, Coimbra, Livraria Almedina.
- GORJÃO, Vanda, 1994 - *A reivindicação do direito do voto no programa do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)*, Lisboa.
- GUINOTE, Paulo, 1997 - *Quotidianos femininos (1900-1933)*, 1º vol., Lisboa, CIDM.
- LAMAS, Rosmarie Wank-Nolasco, 1995 - *Mulheres para além do seu tempo*, Lisboa, Bertrand Editora.
- LEAL, Maria Ivone, 1992 - *Um século de periódicos femininos*, Cadernos Comissão Feminina, Lisboa.
- LIBERATO, Maria Isabel Viegas, 1999 - *Discursos, práticas e políticas prostitucionais em Portugal (1841-1926)*, Lisboa, ISCTE, (Tese de Mestrado).
- LIBERATO, Maria Isabel Viegas, 2000 - *Da tolerância da prostituição à exclusão social da prostituta (1841-1926)* in "Exclusão na história, Actas do Colóquio Internacional sobre exclusão social", org. por Maria João Vaz, Eunice Relvas e Nuno Pinheiro, Lisboa, Editorial Celta, p. 53-68.
- MARQUES, Maria Gabriela Mota, 2002 - *Cabelos à Joãozinho. A garçonne em Portugal nos Anos Vinte*, Coimbra, Faculdade de Letras (Dissertação de Mestrado).
- MATIAS, Maria Goretti, 1984 - *As operárias do século XIX e o mito da eterna feminilidade*. "Educação e trabalho - As mulheres e o trabalho", nº 32, p. 23-27;
- MATIAS, Maria Goretti, 1986 - *As mulheres operárias: as tabaqueiras (1865-1890)*. "Boletim de Estudos Operários", nº 9, Lisboa, p. 7-30.
- MATOS, Paulo Lopes, 1998 - *Emigração, níveis de riqueza e mães solteiras: a ilegitimidade na freguesia da Ribeira Seca da Ilha de São Jorge (1850-1892)*. "Arquipélago - Ciências Sociais", nº 11/12, pp. 535-580.
- MATTOSO, José, 2000 - *Mulheres*. "História", Ano XXII, (III série), nº 24, Abril 2000, p. 10-11.
- MENDES, J. Amado, 1996 - *Caminhos e problemas da historiografia portuguesa* in "História da História em Portugal sécs. XIX-XX", Luís Reis Torgal, José Amado Mendes, Fernando Catroga, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 373-429, em especial p. 415-426.
- MOURA, Maria Lúcia Brito, 1996-1997 - *As Doroteias em Portugal (1886-1910): uma difícil implantação*. "Lusitania Sacra", 2ª série (8/9) (Separata).
- NASH, Mary, 1991 - *Dos décadas de historia de las mujeres en España: una reconsideración*. "Historia Social", nº 9, invierno 1991, p. 137-161.
- NEVES, Helena, 2002 - *O Estado Novo e as Mulheres. O género como investimento ideológico e de mobilização*, Lisboa, Biblioteca e Museu da República.
- NEVES, Lídia Maria Rodrigues, 1994 - *Subsídios de lactação - Elementos para o estudo de mães solteiras nos finais do séc. XIX*. "Nova Augusta - Revista de Cultura", nº 8, Setembro 1994, p. 33-43.
- NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz, 1999 - "Passado e presente nos estudos sobre as mulheres", *Igualdade de oportunidades. Género e educação*, CEMRI, Universidade Aberta, p. 43-47.
- NUNES, Ana Bela, 1991 - *A evolução da estrutura, por sexos, da população activa em Portugal: um indicador do crescimento económico (1890-1981)*. "Análise Social", 4ª série, 26 (112-113), p. 707-722.
- O' NEILL, Brian, 1981 - *Proprietárias, jornaleiras e criadas numa aldeia transmontana desde 1886*. "Estudos Contemporâneos", nº 2-3, Porto, p. 31-73.
- O' NEILL, Brian, 1985 - *Jornaleiras e zorros: dimensões da ilegitimidade numa aldeia transmontana 1870-1978*, "Les campagnes portugaises de 1870 à 1930: image et réalité", Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, p. 173-214.
- OLIVEIRA, Aurélio de, 1986 - *A mulher no tecido urbano dos séculos XVII - XVIII (Tópicos para uma abordagem)* in "A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais. Actas do Colóquio, Coimbra, 20 a 22 de Março de 1985", 1º vol., Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 309-333.

- PAIS, José Machado 1986 - *Artes de amar da burguesia. A imagem da mulher e os rituais de galanteria nos meios burgueses do século XIX em Portugal*, Lisboa, Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- PAIS, José Machado, 1983 - *A prostituição na Lisboa boémia dos inícios do século XX*. "Análise Social", vol. XIX, núm. 77-78-79, 3^o-4^o-5^o, p. 939-960.
- PAULO, Eulália; GUINOTE, Paulo, 1991 - *Amor a quanto obrigas. Crimes passionais e violência conjugal na I República* in "A vida da República Portuguesa. Congresso", Lisboa, Cooperativa de Estudos e Documentação, Universitária Editora, p. 415-445.
- PEREIRA, Gaspar Martins; CORREIA, Luís Grosso, 1996 - *Casamento e condição social do Porto oitocentista*. "Revista da Faculdade de Letras. História", Universidade do Porto, II série, Porto, p. 475-488.
- PEREIRA, Gaspar Martins; OLAZABAL, Maria Luísa Nicolau de Almeida de, 1996 - *Dona Antónia*, Porto, Edições Asa.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 1991 - *A historiografia contemporânea sobre o século XIX*. "Ler História", nº 21, p. 93-125.
- PERROT, Michelle, 1998 - *Les femmes ou les silences de l'histoire*, Paris, Flammarion, p. II.
- PIMENTEL, Irene Flunser, 1996 - *Contributos para a história das mulheres no Estado Novo. As organizações femininas do Estado Novo. A "Obra das Mães pela Educação Nacional" e a "Mocidade Portuguesa Feminina" 1936-1966*, Lisboa (Dissertação de Mestrado).
- PIMENTEL, Irene, 1998 - *O Estado Novo e o desporto. Polémica em torno do Ginásio Feminino, 1937*. "História", ano XX (nova série), nº 2, Maio 1998, p. 30-39.
- PIMENTEL, Irene, 1999 - *As mulheres no Estado Novo e as organizações femininas estatais* in "As mulheres e o Estado", org. de Anne Cova e Maria Beatriz Nizza da Silva, Lisboa, CEMRI, Universidade Aberta, p. 63-90.
- PINTO, Maria Teresa Valente, 2000a - *O ensino técnico industrial feminino em finais do século XIX: a Escola Damião de Goes de Alenquer*, Lisboa, Edições Colibri.
- PINTO, Teresa, 2000b - *Igualdade na educação. Contribuição para um balanço da situação portuguesa no contexto europeu*. "Ex æquo", nº 2/3, p. 153-163.
- POMATA, Gianna, 1990 - *Storia particolare e storia universale: in margine ad alcuni manuali di storia delle donne*. "Quaderni Storici", nuova serie, 74, nº 2, Agosto 1990, Storia delle donne, p. 341-385.
- RIAS, Ana Paula, 1999 - *O ensino em discurso feminino: O caso singular das regentes escolares*. "Ex æquo", nº 1, APEM, p. 107-121.
- ROCHA, Cristina, 1991 - *Contribuição do ensino secundário liceal feminino para um modelo de educação pública da mulher - 1888-1940*. "Ciências da Educação em Portugal - Situação Actual e Perspectivas", Porto, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (Separata).
- ROCHA, Manuel Inácio, 1996 - *O Real Colégio das Chagas. Instrução de meninas em Viana (1778-1884)*, Governo Civil de Viana do Castelo - Centro de Estudos Regionais.
- SANTOS, Cândido dos, s.d. - *A mulher e a Universidade do Porto*, Universidade do Porto, A propósito do Centenário da formatura das primeiras médicas portuguesas.
- SANTOS, Maria Irene Ramalho de Sousa, 1995 - "Projet Sigma - Comité Scientifique sur l'étude des femmes dans l'éducation supérieure. Rapport National - Portugal", *Sigma - European Universities' Networks, Études féministes - Rapports Nationaux*.
- SANTOS, Maria José Moutinho, 1998 - *A sombra e a luz. As prisões do Liberalismo*, Porto, Edições Afrontamento.
- SILVA, Maria Regina Tavares da, 1981 - *Mulheres portuguesas. Vidas e obras celebradas. Vidas e obras ignoradas*. "Boletim da Comissão Feminina", nº 4, p. 37-51.
- SILVA, Maria Regina Tavares da, 1999 - *A mulher. Bibliografia portuguesa anotada (1518-1998)*, Lisboa, Edições Cosmos.
- SILVA, Susana Serpa, 1999 - *Ponta Delgada desconhecida: o submundo da prostituição (1890-1920)* in "Actas do Colóquio Comemorativo dos 450 Anos da Cidade de Ponta Delgada", Ponta Delgada, p. 179-209 (Separata).
- SOARES, Maria Isabel, 1983 - *Da blusa de brim à touca branca. Contributo para a história do ensino de enfermagem em Portugal 1880-1950*, Lisboa, (Tese de Mestrado).
- SOHN, Anne-Marie, 1996 - *Chrysalides. Femmes dans la vie privée (XIXe-XXe siècles)*, Publications de la Sorbonne, vol. I.
- TAVARES, Manuela, 2000 - *Movimentos de mulheres em Portugal. Décadas de 70 e 80*, Lisboa, Livros Horizonte.
- THÉBAUD, Françoise, 1998 - *Écrire l'histoire des femmes*, 2^e édition, ENS Éditions Fontenay/Saint-Cloud.
- VAQUINHAS, Irene Maria, 1996 - *Violência, justiça e sociedade rural. Os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918*, Porto, Edições Afrontamento.
- VAQUINHAS, Irene, 2000a - "Estudos sobre as mulheres na área de história", *Senhoras e mulheres" na sociedade portuguesa do século XIX*, Lisboa, Edições Colibri, p. 163-184.
- VAQUINHAS, Irene, 2000b - *O Real Colégio Ursulino das Chagas de Coimbra. Notas para a sua história; Alguns aspectos da vida quotidiana num colégio feminino no século XIX: o caso do Real Colégio Ursulino das Chagas de Coimbra (1874-1880)*, "Senhoras e mulheres" na sociedade portuguesa do século XIX", Lisboa, Edições Colibri, p. 81-142.

- VAQUINHAS, Irene, 2000c - *Breve reflexão historiográfica sobre a história das mulheres em Portugal: o século XIX*. "FACES de Eva", nº 3, p. 81-101.
- VAQUINHAS, Irene, 2000d - *O Real Colégio Ursulino das Chagas de Coimbra. Notas para a sua história; Alguns aspectos da vida quotidiana num colégio feminino no século XIX: o caso do Real Colégio Ursulino das Chagas de Coimbra (1874-1880)*, "Senhoras e mulheres" na sociedade portuguesa do século XIX", Lisboa, Edições Colibri, p. 81-142.
- VAQUINHAS, Irene, 2000e - "A mulher e o poder. Poderes da mulher. Visão histórica", "Senhoras e mulheres" na sociedade portuguesa do século XIX, Lisboa, Edições Colibri, p. 163-184.
- VAQUINHAS, Irene, 2001 - *Mulheres de Montemor-o-Velho. Breve relance histórico*, Montemor-o-Velho, CMM.
- VAQUINHAS, Irene, 2002 - *Impacte dos estudos sobre as mulheres na produção científica nacional. O caso da história*, "Ex æquo", nº 6, p. 147-174.
- Wall, Karin, 1998 - *Famílias no Campo. Passado e presente em duas freguesias do baixo Minho*, D. Quixote, Lisboa.

